

FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DAS

1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, e 5.ª CADEIRAS

DO 4.º ANO

RECIFE 1964





P R O G R A M A D O 4.º A N O

DIREITO CIVIL

1.ª CADEIRA DO 4.º ANO

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS COISAS

1. Do Direito das cousas.
2. Da propriedade em geral. Dos direitos reais.
3. Da posse. Teorias a respeito. Classificação da posse.
4. Da aquisição, efeitos e perda da posse. Da proteção possessória.
5. Do domínio, suas modalidades e restrições.
6. Dos direitos de vizinhança.
7. Da aquisição da propriedade imóvel. Da transcrição e da acessão.
8. Do usucapião.
9. Da perda e da defesa da propriedade imóvel.
10. Da aquisição perda e defesa da propriedade móvel.
11. Do condomínio.
12. Do direito de autor: história, natureza e fundamento.
13. Da propriedade literária, científica e artística no código civil.

14. Dos direitos reais sôbre cousas alheias, em geral.
15. Da enfiteuse.
16. Das servidões prediais.
17. Das servidões prediais.
18. Do uso e da habitação.
19. Das rendas constituídas sôbre imóveis.
20. Dos direitos reais de garantia, em geral.
21. Do penhor. Do penhor legal e do agrícola.
22. Da caução de títulos de crédito.
23. Da transcrição e da extinção do penhor.
24. Da anticrese.
25. Da hipoteca. Da hipoteca legal.
26. Da inscrição e da extinção da hipoteca.
27. Da hipoteca das vias férreas.
28. Do registro de imóveis.

Este programa será explicado em mais de sessenta aulas.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, 12 de dezembro de 1963.

Prof. Abgar Soriano de Oliveira
Catedrático

PROGRAMA DE DIREITO COMERCIAL

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

1.^a Parte

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

I

1. Comércio marítimo: importância e desenvolvimento histórico.
2. Conceito de Direito Marítimo.
3. Fontes do Direito Marítimo.
4. Particularismo e unificação do Direito Marítimo.

II

5. O navio: seu conceito e natureza jurídica.
6. Parte e acessórios do navio.
7. Individualização do navio.
8. Nacionalidade.

III

9. Modos de aquisição da propriedade do navio.

10. Modos originários: a construção.
11. Modos derivados.
12. Limitação da responsabilidade do proprietário do navio.
13. O armador.

IV

14. O condomínio naval.
15. Parceria marítima.

V

16. O capitão do navio e a tripulação.
17. Direitos e deveres.

VI

18. Transportes marítimos. O contrato de fretamento.
19. Conhecimento de transporte.
20. Transporte de passageiros.

VII

21. Conceito e classificação de avaria.
22. Avaria grossa.
23. Avaria simples.
24. Liquidação das avarias.

VIII

25. Abalroamento; conceitos e espécies.

26. Responsabilidade pelos danos.

IX

17. Assistência e salvamento marítimos.
28. Distinção entre a assistência e o salvamento.
29. Obrigações legais.

X

30. Seguro marítimo natureza jurídica.
31. Os riscos e o prêmio.
32. O instrumento do contrato.
33. Direitos e deveres dos contratantes.
34. Abandono subrogatório.

XI

27. Assistência e salvamento marítimos.
28. Distinção entre a assistência e o salvamento.
29. Obrigações legais.

X

30. Seguro marítimo: natureza jurídica.
31. Os riscos e o prêmio.
32. O instrumento do contrato.
33. Direitos e deveres dos contratantes.
34. Abandono subrogatório.

XI

- 35. Créditos marítimos.
- 36. Privilégios creditórios.
- 37. Hipoteca naval.

XII

- 38. Direitos aeronáuticos: fontes dêsse direito.
- 39. O espaço aéreo; liberdade de tráfego.
- 40. Direito de vôo sôbre propriedades privadas.

XIII

- 41. Aeronave: conceito e natureza jurídica.
- 42. Nacionalidade.
- 43. Matrícula.

XIV

- 44. Transporte aéreo: passageiros e carga.
- 45. Instrumento do contrato de transporte aéreo.
- 46. Responsabilidade do transportador.

XV

- 47. Abalroamento e avarias.
- 48. Assistência e salvamento.

XVI

- 49. Seguro aeronáutico — objeto do seguro.

- 50. Os riscos e o prêmio.
- 51. Direito e deveres dos contratantes.

XVII

- 52. Créditos aeronáuticos.
- 53. Privilégios.
- 54. Hipoteca aeronáutica.

2.^a Parte

FALÊNCIA

XVIII

- 55. Desenvolvimento histórico do concurso creditório.
- 56. Natureza jurídica da falência.

XIX

- 57. Caracterização da falência. Cessaçãõ de pagamentos, insolvabilidade e impontualidade.
- 58. Outros fatos indicativos da falência.
- 59. Legislação brasileira.

XX

- 60. Pessoas sujeitas à falência. O comerciante singular e as sociedades mercantis.
- 61. Ampliação da falência aos não comerciantes.
- 62. Falência póstuma.

63. Daclaração judicial da falência. Juízo competente.
64. Pessoas que podem requerer a falência; elementos necessários.
65. Defesa do devedor.
66. Sentença decalratória ou denegatória da falência; recursos.

XXII

67. Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
68. Efeitos quanto aos direitos dos credores.
69. Efeitos quanto à pessoa do falido.
70. Efeitos quanto aos bens do falido.
71. Efeitos quanto aos contratos do falido.
72. Revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência.

XXIII

73. Administração da falência.
74. O síndico; investidura, deveres e atribuições.
75. Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido.

XXIV

76. Restituição dos bens: hipóteses em que pode ocorrer o processo.
77. Embargos de terceiros.

XXV

- 78. Verificação de créditos; conceito.
- 79. Processo da habilitação de créditos e seu julga-
- 80. Recursos.
- 81. Revisão dos créditos.

XXVI

- 83. Realização do ativo.
- 84. Venda dos bens.
- 85. Outros modos de liquidação do ativo.
- 86. Pagamento aos credores da massa e da falência.

XXVII

- 87. Extinção das obrigações do falido.
- 88. Processo.
- 89. Efeitos.

XVIII

- 90. Concordatas: natureza jurídica e espécies.
- 91. Embargos à concordata.
- 92. Efeitos da concordata.
- 93. Rescisão.

XXIX

- 94. Concordata preventiva: condições para requerê-la.
- 95. O processo da concordata preventiva.

96. Decisão e recursos.
97. Concordata suspensiva: oportunidade da proposta.
98. O processo da concordata suspensiva.
99. Decisão e recursos cabíveis.

XXX

100. Crimes falimentares.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife.

Prof. Murilo de Barros Guimarães
Catedrático

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANO
DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Ponto 1.^o — Direito Judiciário Civil

1. Conceito e finalidade.
2. Autonomia e compreensibilidade.
3. Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

Ponto 2.^o — Lei Processual civil

1. Conceito e natureza. Interpretação e integração.
2. Aplicação no tempo e no espaço.
3. As ordenações, o Regulamento 737 e os Códigos Estaduais.
4. O Código de Processo Civil e as leis extravagantes.

Ponto 3.^o — Da Jurisdição e da competência

1. Jurisdição: conceito e divisão.
2. Da função jurisdicional em confronto com a legislativa e com a administrativa.
3. Competência: conceito e espécies.
4. Competência material e competência funcional.

5. Critérios legais de determinação da competência, modificações da competência e pacto de foro prorrogado.

Ponto 4.º — Da organização judiciária

1. Noções gerais.
2. Sistemas diversos de organização.
3. A organização judiciária do Brasil. A organização local.
4. Organização federal: O Supremo e o Tribunal Federal de Recursos.

Ponto 5.º — Do processo

1. Noções gerais.
2. Natureza jurídica e conceito.
3. Condições e pressupostos processuais.

Ponto 6.º — Dos sujeitos do processo

1. Sujeitos interessados e desinteressados do processo.
2. O Juiz — conceito, função e poderes.
3. Os auxiliares do juízo: escrivães, oficiais de justiça e demais auxiliares.
4. Partes necessárias e partes intervenientes.

Ponto 7.º — Do litisconsórcio. Concurso e acumulação de ações

1. Conceito e espécies de litisconsórcio.
2. Litisconsórcio necessário.

3. Conceito de concurso e de acumulação de ações.
4. Diferença entre litisconsórcio, concurso e acumulação.

Ponto 8.º — Da intervenção de terceiro

1. Conceito e espécies.
2. Intervenção provocada: Chamamento à autoria.
3. Intervenção provocada: Nomeação à autoria.

Ponto 9.º — Da intervenção espontânea de terceiro

1. Da oposição.
2. Da Assistência.
3. Dos embargos de terceiro.
4. Noções preliminares sôbre recurso de terceiro prejudicado e sôbre concurso de credores.

Ponto 10.º — Capacidade

1. Da capacidade para estar em juízo. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa e meios de supri-las.
2. Da capacidade de postular em juízo. Procuradores judiciais.
3. O advogado, o provisionado e o solicitador.
4. Curadoria à Lide e Ministério Público.

Ponto 11.º — Atos processuais

1. Noções gerais, conceito e discriminação.
2. Condições para a sua realização no tempo e no espaço.
3. Feriados e férias forenses.

4. Custas e multas processuais.
5. Assistência judiciária.

Ponto 12.º — Da ação

1. Teoria da ação.
2. Condições de exercício da ação.
3. Modificações objetivas e subjetivas da ação.
4. Extinção das ações.

Ponto 13.º — Da instância

1. Conceito e limites da instância.
2. Suspensão da instância.
3. Absolvição da instância.
4. Perempção e cessação da instância.

Ponto 14.º — De petição inicial

1. Requisitos da petição inicial.
2. Adição e emenda da petição inicial.
3. O pedido.
4. Valor da causa: critérios, impugnação e efeitos.
5. Distribuição e registro da petição inicial.

Ponto 15.º — Citação

1. Conceito e fundamento.
2. Citação, notificação e intimação.
3. Condições de tempo, lugar e formas da citação.
4. Efeitos da citação.

Ponto 16.º — Da defesa

1. Conceito, fundamento e espécies.
2. Das exceções: conceito e divisão.
3. Exceções de litispendência e de coisa julgada.
4. Exceções de incompetência e de suspeição.

Ponto 17.º — Da contestação e da Reconvenção

1. Contestação: conceito e espécies.
2. Da litiscontestação.
3. Da reconvenção.

18.º — Das nulidades

1. Noções Gerais.
2. Sistemas das Nulidades Processuais.
3. O Código do Processo Civil e as Nulidades Processuais.

Ponto 19.º — Das provas

1. Conceito e discriminação das provas.
2. Objeto da prova.
3. Ônus da prova.
4. Momentos da prova.
5. Sistemas de apreciação das provas.

Ponto 20.º — Das espécies de prova

1. Prova documental.
2. Exibição de documento ou coisa.
3. Confissão e depoimento pessoal.
4. Prova testemunhal.
5. Exames periciais.
6. Presunções e indícios.
7. Prova dos usos e costumes.

Ponto 21.º — Despacho saneador e audiência

1. Conceito e importância do despacho saneador.
2. Oportunidade e matérias sôbre que deve versar.
3. A audiência de instrução e julgamento.

Ponto 22.º — Da sentença

1. Noções gerais.
2. Discriminação das sentenças.
3. A sentença definitiva.
4. Requisitos.

Ponto 23.º — Da coisa julgada

1. Conceito e noções gerais.
2. Coisa julgada formal e coisa julgada material.
3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.

Ponto 24.º — Procedimento: ação ordinária e ações especiais

1. Da ação ordinária.
2. Das ações executivas e dos executivos fiscais.
3. Das ações possessórias.

Ponto 25.º — Contribuição das ações especiais

1. Ações cominatórias.
2. Ações de despejo.
3. Ação de nunciação de obra nova.
4. Ação renovatória de contrato de locação.

Ponto 26.º — Continuação das ações especiais

1. Das ações de divisão e demarcação.
2. Ação de consignação em pagamento.
3. Ação de depósito.
4. Ação de preferência e do Direito de Opção.
5. Ação de Nulidade de Patente de Invenção e Marca de Fábrica e de Comércio.
6. Ação de recuperação de títulos ao portador.
7. Ações relativas à venda a crédito com reserva de domínio.

Ponto 27.º — Continuação das ações especiais

1. Ações relativas ao loteamento e venda de imóveis a prestações.

2. Ações de excussão e de remissão do penhor.
3. Ações de reforço de garantia e de remissão de imóvel hipotecado.
4. Ações de acidente do trabalho.
5. Ações para venda, locação e administração de coisa comum.

Ponto 28.º — Continuação das ações especiais

1. Ação para eleição de cabecel e para exoneração de fiança.
2. Ação de usucapião.
3. Ação para obrigar à conservação de tapume.
4. Ação para indenizar parede ou tapume divisório.

Ponto 29.º — Do Mandado de Segurança

1. Noções gerais e condições de admissibilidade.
2. A competência para o mandado de segurança.
3. Peculiaridades procedimentais. Forma da inicial e prova.

Ponto 30.º — Dos processos acessórios

1. Medidas preventivas.
2. Vendas judiciais, atentados e embargos de terceiro.
3. Da falsidade de documentos.
4. Protestos, notificações e interpelações.
5. Habilitação incidente.
6. Vistorias, arbitramentos e inquirições “ad perpetuum in rei memoriam”.

Prof. Luiz Rodolfo de Araújo Junior.

PROGRAMA PRÁTICO-TEÓRICO DE DIREITO DO TRABALHO

4.^a CADEIRA — 4.^o ANO

1. Direito Processual do Trabalho: conceito, autonomia e princípios informadores.
O Código de Processo do Trabalho (anteprojeto): características gerais.
Antecedentes históricos do processo trabalhista.
2. A jurisdição civil e seus órgãos.
A justiça do Trabalho: composição e funcionamento.
Ministério Público do Trabalho.
3. A competência: conceito e critérios distintivos.
Os atos e os termos processuais.
Os prazos processuais.
4. Distribuição e custas.
Exceções processuais.
Conflitos de jurisdição.
5. Nulidades e anulabilidades processuais.
Inexistência dos atos processuais.
Saneamento do processo.

6. Capacidade no processo trabalhista.
Partes necessárias e partes intervenientes.
O Juiz.
7. As provas.
A instrução do processo.
A sentença.
8. O processo ordinário: constituição e desenvolvimento da ação ordinária.
9. Os processos especiais de natureza individual;
 - a) ação sumária;
 - b) ação para demissão de empregado estável;
 - c) ação de consignação em pagamento;
 - d) ação rescisória.
10. Ainda os processos especiais de natureza individual;
 - a) ação executória;
 - b) ação de restituição de posse;
 - c) ação de cumprimento de convenção coletiva de trabalho;
 - d) mandado de segurança.
11. Os processos acessórios.
Os protestos.
Os incidentes.
12. Os processos especiais de natureza coletiva:
 - a) ação coletiva;
 - b) ação coletiva em caso de greve;

- c) homologação de acôrdo inter-sindical;
- d) juízo arbitral.

13. Os recursos:

- a) a apelação;
- b) o recurso de revisão;
- c) o recurso extraordinário;
- d) o agravo de instrumento;
- e) os embargos declaratórios.

14. Processo de execução.

A execução de sentença:

- a) liquidação por artigos;
- b) liquidação por arbitramento;
- c) liquidação por cálculo.

15. Execução por quantia certa.

Execução das obrigações de dar.

Execução das obrigações de fazer ou não fazer;

Execução por prestações sucessivas.

16. Prática formulária.

Recife, 26 de janeiro de 1964.

Gentil de Carvalho Mendonça.

5.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

MEDICINA LEGAL

I

Medicina Legal. Ensino, Perícia

1. Medicina Legal; definição, conceito e objeto. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da Cadeira. Medicina Legal Judiciária.
2. Institutos e Serviços Médico-Legais. Especialização pericial: perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

II

Semiologia Mental

3. Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
4. Limites e modificações legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, estado mental.

III

Psicopatologia Forense

5. Estudo médico-legal das doenças mentais. Causas gerais, diagnósticos, simulação, dissimulação. Classificação das doenças mentais.
6. Reações anti-sociais dos alienados. Personalidades psicopáticas, suas reações anti-sociais.
7. Estudo médico-legal das toxifilias (etilismo, morfismo, cocainismo, barbiturismo, etc).
8. Das perversões sexuais. Conceito froideano. Distúrbios hormoglandulares e neuro-vegetativos.
9. Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.
10. Repressão à credence popular, às práticas de espírito e similares, ao curandeirismo, ao charlatanismo, etc. Profilaxia das doenças venéreas.

IV

Sexologia Forense

11. Do casamento. Motivos de impedimentos estatuidos pelo Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.
12. Impedimentos relativos à idade, à capacidade civil e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.
13. Sentido legal do êrro essencial sôbre pessoa. Sedu-

- ção anterior, dubiedade de sexo e outras malformações genitais.
14. Defeito físico irremediável; moléstia grave, transmissível por contágio ou herança.
 15. Sevícia ou injúria grave; art. 317, n.º III do Código Civil. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis; arts. 207 e 209 do Código Civil.
 16. Exame médico pré-nupcial. Mendelismo. Eugenética.
 17. Do crime de sedução: conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher. Himen, suas formas e consistência. Traumatologia himenal.
 18. Do estupro: conceito legal. Casos em que constitue atentados à saúde e à vida. Traumatologia do estupro; estudo das lesões. Perícia médico-legal.
 19. Do atentado contra o pudor: conceito legal. Lesões possíveis resultantes do atentado. Práticas libidinosas, perversões sexuais. Psicolgia dos agentes.
 20. Da gravidez; noções de concepção e de embriologia. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração de prenhez. Simulação e dissimulação.
 21. Do parto. Sinais recentes, sinais remotos. Do parto suposto. Código Penal art. 242. Perícias; grupos sanguíneos.
 22. Do abortamento criminoso: conceito legal e elementos constitutivos do crime. Práticas de abortamento. Lesões possíveis consecutivas à prática clandestina de abortamento. Exame da mulher, do abôrto e dos anexos.
 23. Do abortamento legal; indicações terapêuticas e morais. Código Penal, art. 128, n.ºs. I e II. Do perigo

social do abortamento clandestino. Direitos do nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenções pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida.

V

Criminologia

24. O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetâneo. O homem delinquente; patologia social. A pena; defesa social.
25. O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade. Exame somático e psíquico do delinquente. Biotopologia criminal; classificações.

VI

Técnica Policial Judiciária

26. Da prova do crime. Provas técnicas. Levantamento de corpo. Fotografia do local do crime; filmagem. Outras provas de laboratório.
27. A testemunha, sua idoneidade. Prova testemunhal. Confissão. Técnicas psicológicas modernas.
28. Identificação médico-legal; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Caracteres. Caracteres antropognósticos gerais.
29. Identificação judiciária; datiloscopia. Impressões di-

gitais e sistemas datiloscópicos. Gabinete de Identificação.

VII

Traumatologia Forense

30. Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo e qualificativo das lesões corporais.
31. Lesões por agentes físicos.
32. Lesões por agentes mecânicos.
33. Lesões por agentes químico-traumatizantes.
34. Importância médico-legal da classificação das lesões corporais. Lesão leve, lesão grave, gravíssima, lesão corporal seguida de morte. Código Penal, art. 129, § 1.º, n.ºs. II a IV, § 2.º, n.ºs. I a V, § 3.º.
35. Estudo médico-legal das asfixias.
36. Homicídio. Código Penal, art. 121 seus parágrafos. Homicídio simples, homicídio qualificado. Estudo semiótico da morte, por suicídio e por acidente.
37. Infecção; delito de contágio. Código Penal, arts. 130, 131 e 132.
38. Infanticídio: conceito atual. Código Penal, art. 123. Psicologia do estudo puerperal. Provas da vida extrauterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

VIII

Infortunística, Medicina do Trabalho

39. Acidente de trabalho: conceito legal. Legislação na-

- cional. Doutrina do risco profissional. Doença do trabalho.
40. Avaliação médico-legal das incapacidades. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação. Recuperação.
 41. A perícia dos infortúnios do trabalho. Exame do acidentado. Prognóstico dos acidentes.

IX

Tanatologia Forense

42. Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos.
43. Cronologia da morte; interêsse médico-legal no seu estudo. Meios para o diagnóstico entre as lesões corporais produzidas em vida e depois da morte.
44. Perinecropsopia. Necropsopia. Exames complementares. Estudo dos protocolos.

PARTE PRÁTICA

I

1. Documentos médico-legais: atestado médico; relatório médico-legal; parecer médico-legal; laudo necroscópico.
2. Emprêgo de testes psicológicos de inteligência, de percepção, de memória visual e auditiva, de juízo crítico, etc.

3. Reconhecimento de algumas substâncias estupefacientes (morfina, cocaína, maconha, barbitúricos, etc). Pesquisa de álcool no sangue e na urina.

II

4. Exame das manchas de esperma, com o diagnóstico de orientação e de certeza.
5. Prática pericial de avaliação de idade no vivo e no morto.
6. Investigação de paternidade suspeita. Caracteres hereditários de semelhança. Provas sanguíneas; heredologia sanguínea.

III

7. Classificação morfológica. Antropometria. Determinação dos biótipos humanos.

IV

8. Técnica do exame do local de crime. Levantamento de indícios materiais. Uso do Laboratório Criminal Portátil.
9. Emprêgo de testes de personalidade (psico-diagnóstico experimental de Szondi, psicodiagnóstico de Rorschach, T.A.T. etc.).
10. Documentoscopia. Grafoscopia. Grafometria. Falsificações, Tintas simpáticas e artifícios para sua descoberta.

11. Técnica da tomada das impressões digitais e podálicas. Classificação e estudo comparativo das impressões digitais.

V

12. O corpo humano. Noções sumárias de anatomia topográfica em relação à sede das lesões corporais. Apresentação do esqueleto e do manequim anatómico.
13. Exame das manchas de sangue, com o diagnóstico genérico, específico, individual e regional.
14. As armas de fogo e seus projéteis. Uso do microscópio comparador e de outras técnicas para a identificação das armas de fogo através de seus projéteis.
15. Técnica da colheita e do transporte do material a ser examinado nos laboratórios toxicológicos.
16. Reconhecimento de alguns venenos voláteis, metálicos e metalóides, comuns ao nosso meio.
17. Técnica de avaliação de incapacidade. Emprêgo das tabelas.
18. Estudo prático dos meios de proteção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.
19. Técnica das perinecropsias e das necropsias.
20. Técnica das docimásias. Diagnose diferencial entre a morte súbita e a morte agônica.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, janeiro de 1964.

Prof. Abgar Soriano de Oliveira.





